programa final

Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais

INFORMAÇÃO PARA UMA SOCIEDADE MAIS JUSTA

III Conferência Nacional de Geografia e Cartografia

IV Conferência Nacional de Estatística

Reunião de Instituições Produtoras
Fórum de Usuários
Seminário "Desafios para Repensar o Trabalho"
Simpósio de Inovações
Jornada de Cursos
Mostra de Tecnologias de Informação

27 a 31 de maio de 1996
Rio de Janeiro, RJ BRASIL

Uma das maneiras de olhar o ofício de produzir informações sociais, econômicas e territoriais é como arte de descrever o mundo. Estatísticas e mapas transportam os fenômenos da realidade para escalas apropriadas à perspectiva de nossa visão humana e nos permitem pensar e agir à distância, construindo avenidas de mão dupla que juntam o mundo e suas imagens. Maior o poder de síntese dessas representações, combinando, com precisão, elementos dispersos e heterogêneos do cotidiano, maior o nosso conhecimento e a nossa capacidade de compreender e transformar a realidade.

Visto como arte, o ofício de produzir essas informações reflete a cultura de um País e de sua época, como essa cultura vê o mundo e o torna visível, redefinindo o que vê e o que há para se ver.

No cenário de contínua inovação tecnológica e mudança de culturas da sociedade contemporânea, as novas tecnologias de informação - reunindo computadores, telecomunicações e redes de informação - aceleram aquele movimento de mobilização do mundo real. Aumenta a velocidade da acumulação de informação e são ampliados seus requisitos de atualização, formato - mais flexível, personalizado e interativo - e, principalmente, de acessibilidade. A plataforma digital vem se consolidando como o meio mais simples, barato e poderoso para tratar a informação, tornando possíveis novos produtos e serviços e conquistando novos usuários.

Acreditamos ser o ambiente de conversa e controvérsia e de troca entre as diferentes disciplinas, nas mesas redondas e sessões temáticas das Conferências Nacionais de Geografia, Cartografia e Estatística e do Simpósio de Inovações, aquele que melhor enseja o aprimoramento do consenso sobre os fenômenos a serem mensurados para retratar a sociedade, a economia e o território nacional e sobre as prioridades e formatos das informações necessárias para o fortalecimento da cidadania, a definição de políticas públicas e a gestão político - administrativa do País, e para criar uma sociedade mais justa.

Simon Schwartzman
Coordenador Geral do ENCONTRO

Promoção

Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBGE
Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatistica
IBGE
Associação Brasileira de Estudos Populacionais
ABEP

Co-Promoção

Associação Brasileira de Estatística
ABE
Associação Brasileira de Estudos do Trabalho
ABET
Associação Brasileira de Pós-graduação em Saúde Coletiva
ABRASCO
Associação Nacional de Centros de Pós-graduação em Economia
ANPEC
Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais
ANPOCS
Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia
ANPEGE
Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional
ANPUR
Sociedade Brasileira de Cartografia
SBC

Apoio

Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
FIRJAN
Academia Brasileira de Letras
ABL
Conselho Nacional de Pesquisas
CNPq
Financiadora de Estudos e Projetos
FINEP
Revista Ciência Hoje

Institutos Regionais Associados

Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central
CODEPLAN (DF)
Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo S/A
EMPLASA (SP)
Empresa Municipal de Informática e Planejamento S/A
IPLANRIO (RJ)
Fundação Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro
CIDE (RJ)
Fundação de Economia e Estatística
FEE (RS)
Fundação de Planejamento Metropolitano e Regional
METROPLAN (RS)
Fundação Instituto de Planejamento do Ceará
IPLANCE (CE)
Fundação João Pinheiro
FJP (MG)
Fundação Joaquim Nabuco
FUNDAJ (PE)
Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
SEADE (SP)
Instituto Ambiental do Paraná
IAP (PR)
Instituto de Geociências Aplicadas
IGA (MG)
Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis
IPEAD (MG)
Instituto do Desenvolvimento Econômico Social do Pará
IDESP (PA)
Instituto Geográfico e Cartográfico
IGC (SP)
Instituto de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento "Jones dos Santos Neves"
IJSN (ES)
Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPARDES (PR)
Processamento de Dados do Município de Belo Horizonte S/A
PRODABEL (MG)
Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SEI (BA)

Coordenação Geral

Simon Schwartzman

Comissões de Programa

Confege

César Ajara (IBGE)
Denizar Blitzkow (USP)
Jorge Marques (UFRJ)
Lia Osório Machado (UFRJ)
Mauro Pereira de Mello (IBGE)
Speridião Faissol (UERJ)
Trento Natali Filho (IBGE)

Confest

José A. M. de Carvalho (UFMG)
José Márcio Camargo (PUC)
Lenildo Fernandes Silva (IBGE)
Teresa Cristina N. Araújo (IBGE)
Vilmar Faria (CEBRAP)
Wilton Bussab (FGV)

Comissão Organizadora

Secretaria Executiva - Luisa Maria La Croix
Secretaria Geral - Luciana Kanham
Confege, Confest e Simpósio de Inovações
Anna Lucia Barreto de Freitas, Evangelina X.G. de Oliveira, Jaime Franklin Vidal Araújo, Lilibeth Cardozo R.Ferreira e Maria Letícia Duarte Warner
Jornada de Cursos - Carmen Feijó
Finanças - Marise Maria Ferreira
Comunicação Social - Micheline Christophe e Carlos Vieira
Programação Visual - Aldo Victorio Filho e Luiz Gonzaga C. dos Santos
Infra-Estrutura - Maria Helena Neves Pereira de Souza
Atendimento aos Participantes - Cristina Lins
Apoio
Andrea de Carvalho F. Rodrigues, Carlos Alberto dos Santos, Delfim Teixeira, Evilmerodac D. da Silva, Gilberto Scheid, Héctor O. Pravaz, Ivan P. Jordão Junior, José Augusto dos Santos, Julio da Silva, Katia V. Cavalcanti, Lecy Delfim, Maria Helena de M. Castro, Regina T. Fonseca, Rita de Cassia Ataualpa Silva e Taisa Sawczuk

Registramos ainda a colaboração de técnicos das diferentes áreas do IBGE, com seu trabalho, críticas e sugestões para a consolidação do projeto do ENCONTRO.

Qualidade da Informação sobre Violência:
Um Caminho para a Construção da Cidadania

Edinilsa Ramos de Souza

Introdução

Dados oficiais têm mostrado que a violência cresceu, no país, nas duas últimas décadas. No campo da Saúde Pública os indicadores epidemiológicos vêm demonstrando a magnitude e o impacto desse fenômeno na população brasileira, sobretudo nas grandes regiões urbanas.

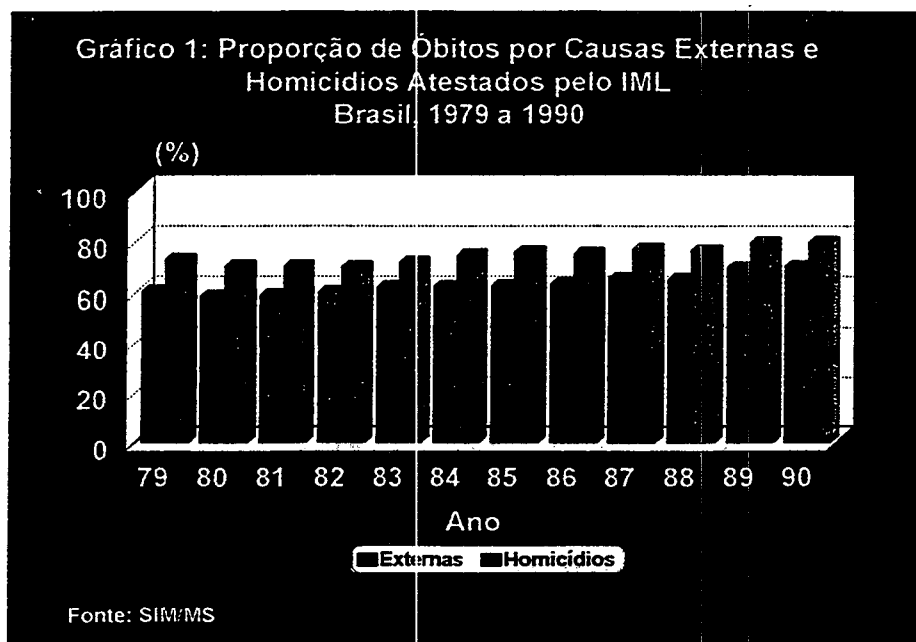
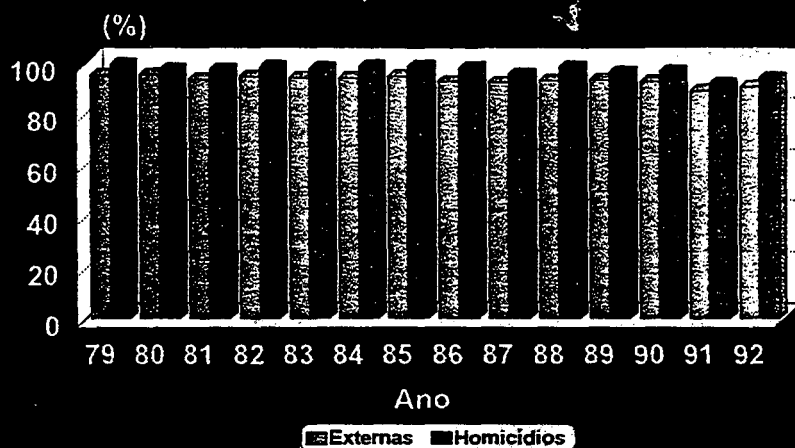
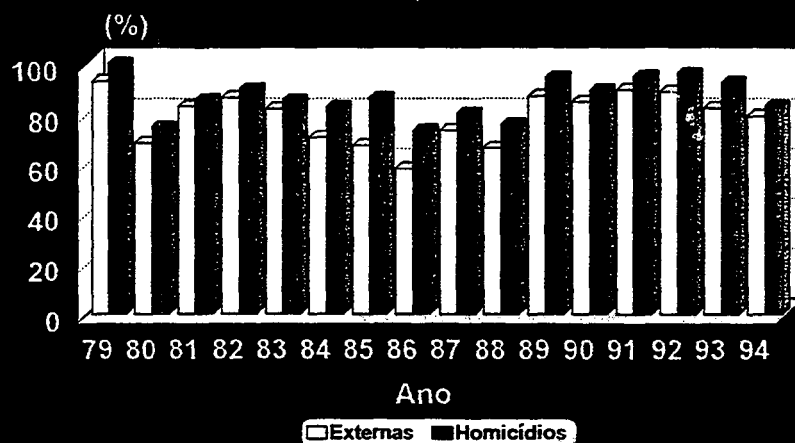
Tradicionalmente, os estudos abordam esse tema através da mortalidade por causas externas (grupo que engloba todos os acidentes e as violências, propriamente ditas, da Classificação Internacional de Doenças/CID, nona revisão, sob os códigos E800 a E999). No Brasil, as estatísticas de mortalidade constituem o Sistema de Informação sobre Mortalidade/SIM, criado desde 1976 pelo Ministério da Saúde. Este Sistema, na verdade, é praticamente o único informante que existe no país sobre dados de violência, haja visto que o Sistema de Informação sobre Morbidade (doenças e agravos à saúde) não se tem mostrado adequado para o estudo do tema. O SIM registra os dados de mortalidade a partir da Declaração de Óbito (DO) que é, hoje, um instrumento padronizado para todo o país. Ele abrange, atualmente, cerca de 80% dos óbitos ocorridos no país. Cidades do interior e de regiões menos desenvolvidas são responsáveis pela não totalidade da cobertura, enquanto nas capitais ela é de, praticamente, 100%.

A criação do SIM foi um avanço, do ponto de vista da Saúde Pública. Através dele pode-se verificar que as causas violentas passaram a ocupar a segunda causa de morte na população brasileira, perdendo apenas para as doenças do aparelho circulatório, desde 1989. Contudo, no que se refere à qualidade da informação fornecida pelo SIM muitos problemas ainda precisam ser solucionados para que se possa ter estatísticas fidedignas e confiáveis.

O principal objetivo deste trabalho é analisar criticamente a informação oficial sobre violência. Para isto, são usados os dados do SIM e das Secretarias Estaduais de Saúde de Pernambuco e do Rio de Janeiro, relativos às causas externas e aos homicídios.

Na análise consideram-se proporções e taxas de mortalidade referentes ao conjunto do país e à duas de suas capitais (Recife e Rio de Janeiro), no período de 1980 a 1994. Algumas variáveis da declaração de óbito foram selecionadas e analisadas segundo a qualidade do preenchimento.

Apresentação dos Dados

Por lei todas as mortes violentas deveriam ser atestadas pelos Institutos Médico Legais (IML). Contudo, como se pode notar nos gráficos 1, 2 e 3, essa instituição deixa de atestar uma parcela dessas causas.

Conforme se pode notar nos gráficos acima, as proporções de mortes por causas externas e por homicídios atestadas pelo IML variam. Contudo, esta instituição emite a maioria das declarações de óbitos por estas causas, o que a torna a principal responsável pelas informações fornecidas neste instrumento.

A qualidade dos dados que constam na declaração de óbito pode ser vista nas tabelas 1 e 2, onde se percebe que considerável proporção de algumas variáveis de interesse para a elucidação da causa de morte aparece como informação ignorada.

Tabela 1:
Causas Externas segundo Informação Ignorada em Algumas Variáveis da Declaração de Óbito. Brasil, Recife e Rio de Janeiro, 1990.

Declaração de Óbito	Brasil		Recife		Rio de Janeiro	
	N	%(1)	N	%(2)	N	%(3)
Sexo	112	0,1	1	0,05	5	0,1
Estado civil	9.506	9,4	720	33,8	1.285	15,9
Instrução	37.304	37,1	1.844	86,5	2.651	32,8
Ocupação	26.586	26,4	534	25,0	1.716	21,2
Naturalidade	5.496	5,5	13	0,6	1.335	16,5
Local de ocorrência	2.371	2,4	3	0,1	60	0,7
Local do acidente	60.928	60,5	989	46,4	6.679	82,5
Necropsia	21.722	21,6	-	-	1.135	14,0
Assistência médica	39.748	39,5	1.193	55,9	7.158	88,4
Tipo de violência	10.989	10,9	140	6,6	923	11,4

Fonte: SIM/MS
(1) Percentuais calculados em relação ao total de 100.656 óbitos por causas externas.
(2) Percentuais calculados em relação ao total de 2.133 óbitos por causas externas.
(3) Percentuais calculados em relação ao total de 8.093 óbitos por causas externas.

Tabela 2:
Homicídios segundo Informação Ignorada em Algumas Variáveis da Declaração de Óbito. Brasil, Recife e Rio de Janeiro, 1990.

Declaração de Óbito	Brasil		Recife		Rio de Janeiro	
	N	%(1)	N	%(2)	N	%(3)
Sexo	37	0,1	375	38,8	2	0,1
Estado civil	4.052	12,7	-	-	734	20,3
Instrução	12.460	39,0	2	0,2	1.294	35,8
Ocupação	7.910	24,7	250	25,9	922	25,5
Naturalidade	2.292	7,2	9	0,9	762	21,1
Local de ocorrência	788	2,5	891	92,1	29	0,8
Local do acidente	28.936	90,5	594	61,4	3.618	100,0
Necropsia	4.804	15,0	-	-	448	12,4
Assistência médica	13.660	42,7	-	-	3.332	92,1
Tipo de violência	9	0,03	530	54,8	-	-

Fonte: SIM/MS
(1) Percentuais calculados em relação ao total de 31.989 óbitos por homicídios.
(2) Percentuais calculados em relação ao total de 967 óbitos por homicídios.
(3) Percentuais calculados em relação ao total de 3.618 óbitos por homicídios.

Conforme se percebe nas duas tabelas acima, são bastante elevadas as proporções de informação ignorada em relação a algumas variáveis como: nível de instrução da vítima, local de ocorrência, local do acidente e quanto à assistência médica recebida, dentre outras. A má qualidade do preenchimento destes dados ocorre tanto em relação às causas externas quanto no que se refere aos homicídios. Na tabela 2 observa-se que mesmo quando se declara que a morte resultou de um homicídio, não se informa o tipo de violência no campo próprio da declaração de óbito em 54,8%, dos homicídios ocorridos em Recife.

Quanto à causa básica do óbito, questão central da declaração de óbito e razão mesma da existência deste instrumento de registro, nota-se que ocorrem distorções que levam ao subregistro de certas causas violentas específicas. Assim, muitas das causas externas, devido ao inadequado preenchimento da DO, são classificadas como **lesões que se ignora se acidental ou intencionalmente infligidas,** também denominadas **"lesões ignoradas" (códigos E980 a E989)**, porque não se consegue esclarecer a circunstância da morte (acidente, suicídio ou homicídio). Em algumas capitais brasileiras essa dificuldade de esclarecimento é mais gritante, como é o caso do Rio de Janeiro. Nesta cidade mais da metade das mortes por causas externas, em alguns anos, são classificadas pela Secretaria de Saúde no grupo das **lesões ignoradas**. Vale ressaltar que, a grande maioria dos óbitos que compõem esse grupo de mortes por causas externas, inadequadamente classificadas neste grupo inespecífico, envolve o uso de armas de fogo. Fica claro que muitos homicídios acabam inseridos nessa categoria e não no grupo dos homicídios propriamente ditos, levando à subestimação desta causa. Essas distorções podem ser vistas nos gráficos 4 e 5, onde podem ser vistas as proporções de lesões ignoradas e de lesões por arma de fogo ignoradas para o Brasil, Recife e Rio de Janeiro, no período de 1979 a 1994.

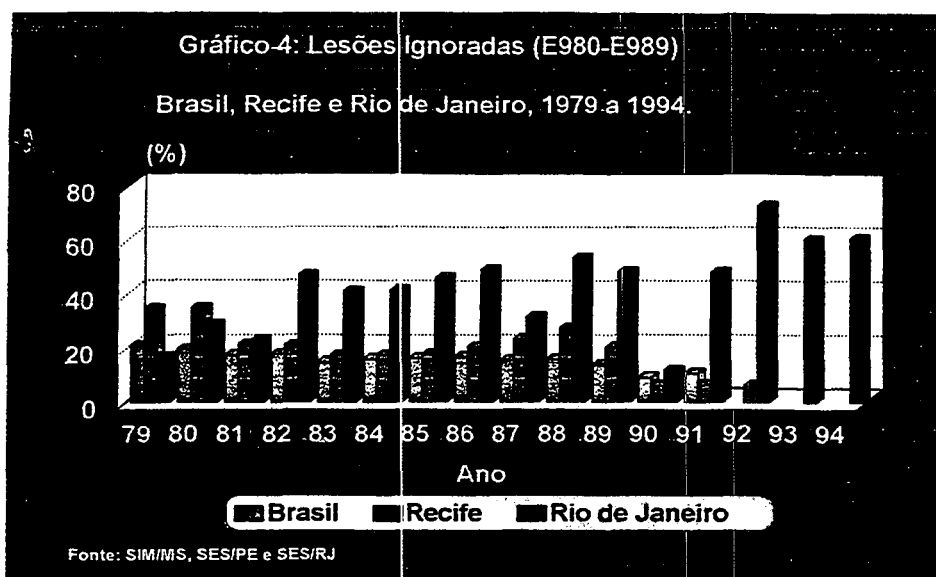
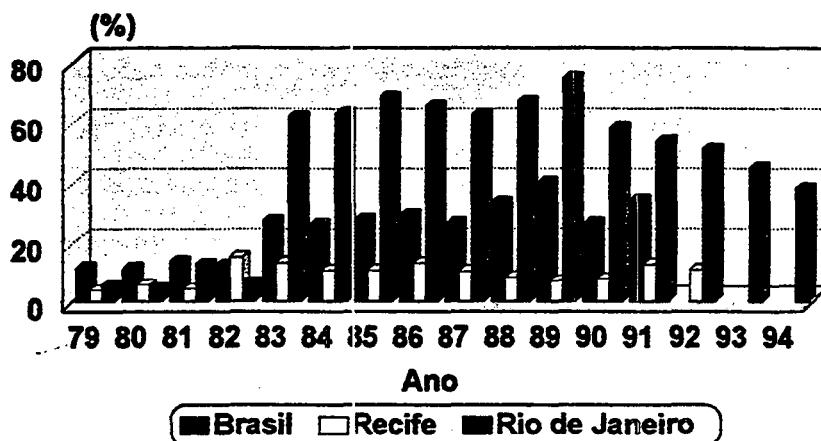
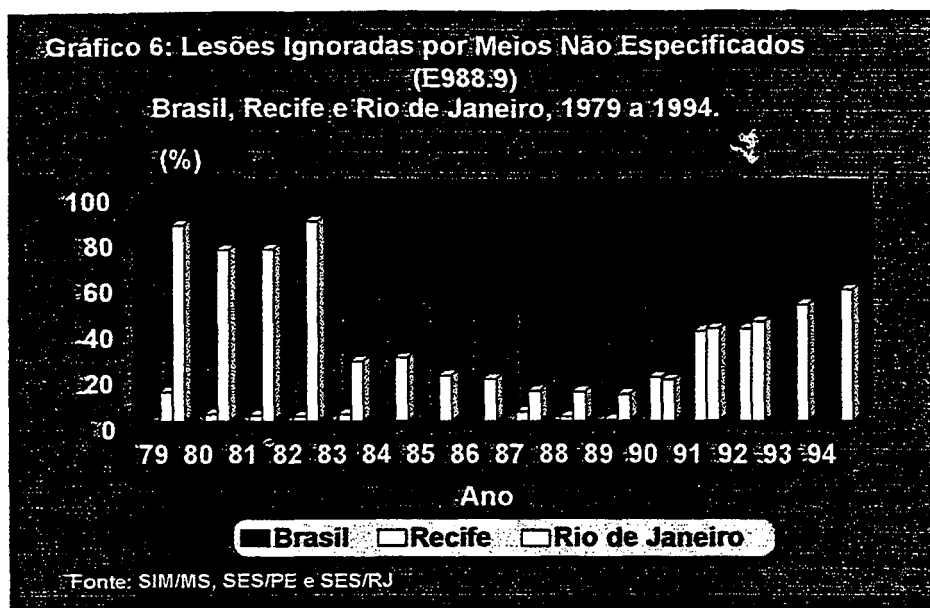



Gráfico 5: Lesões Ignoradas por Arma de Fogo (E985)

Brasil, Recife e Rio de Janeiro, 1979 a 1994.

Fonte: SIM/MS, SES/PE e SES/RJ

Além desses grupos mal esclarecidos que subestimam as causas externas específicas, como homicídios e acidentes de trânsito, existe uma outra categoria denominada **lesões ignoradas por meios não especificados (E988.9)**, sobre a qual não se esclarece nem a circunstância nem os meios pelos quais ocorreu o óbito. Este grupo pode ser chamado de "ignorado do ignorado". Suas proporções para o Brasil, Recife e Rio de Janeiro, nos anos de 1979 a 1994, podem ser observadas no gráfico 6.

A partir dos gráficos 5 e 6 observa-se existir uma inversão das proporções entre lesões ignoradas por arma de fogo e lesões ignoradas por meios não especificados. Particularmente para o Rio de Janeiro, enquanto nos anos iniciais eram elevadas as proporções do grupo **"meios não especificados"**, eram baixas as de lesões ignoradas por arma de fogo. Esse quadro se inverte nos anos finais do período investigado: diminuem as proporções das lesões ignoradas por armas de fogo e crescem as de meios não especificados. Essa troca de classificação entre esses dois grupos intensifica a obscuridade que envolve essas mortes. Na verdade o que se percebe é o aumento das proporções de óbitos para os quais não se esclarece que resultaram do uso de arma de fogo, prejudicando ainda mais a qualidade da informação.

Nos gráficos 7, 8 e 9 encontram-se as taxas de mortalidade por homicídios para o Brasil, Recife e Rio de Janeiro, no período de 1980 a 1994. Nestes gráficos consideram-se os homicídios informados oficialmente (E960 a E969) e os homicídios somados às lesões ignoradas por arma de fogo (E985).Como se pode ver, as taxas de mortalidade por homicídios sem o subgrupo E985 apresentam-se subestimadas em relação àquelas em que se consideram essas lesões ignoradas. Este subregistro de mortes por homicídios ocorre em relação ao país, é pequeno em Recife, porém, é intenso no Rio de Janeiro, onde grande parcela dos homicídios é inadequadamente classificada no subgrupo das lesões ignoradas.

Gráfico 7: Taxas (*) de Mortalidade por Homicídios Sem e Com Lesões por Arma de Fogo Ignoradas. Brasil, 1979 a 1991.

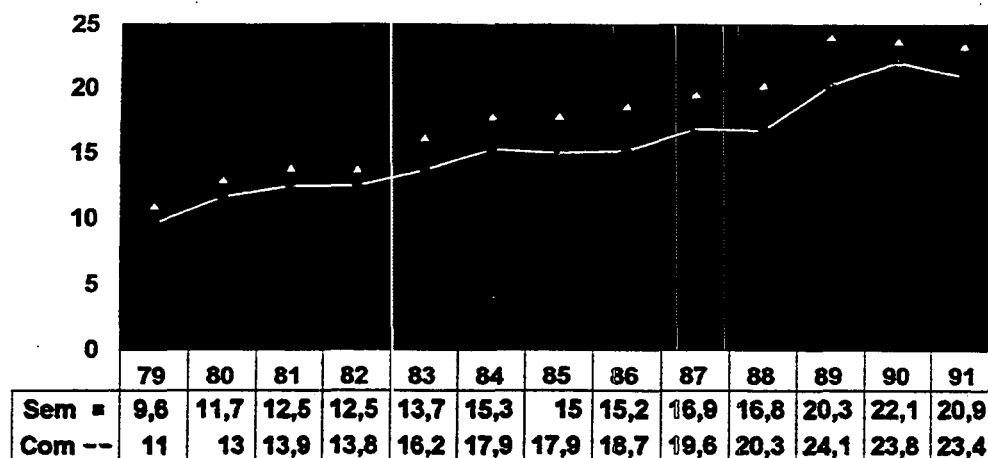
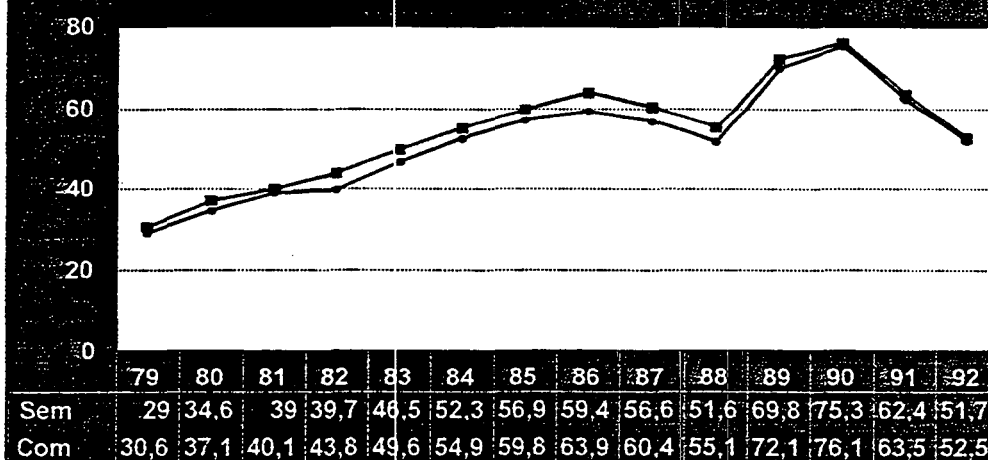
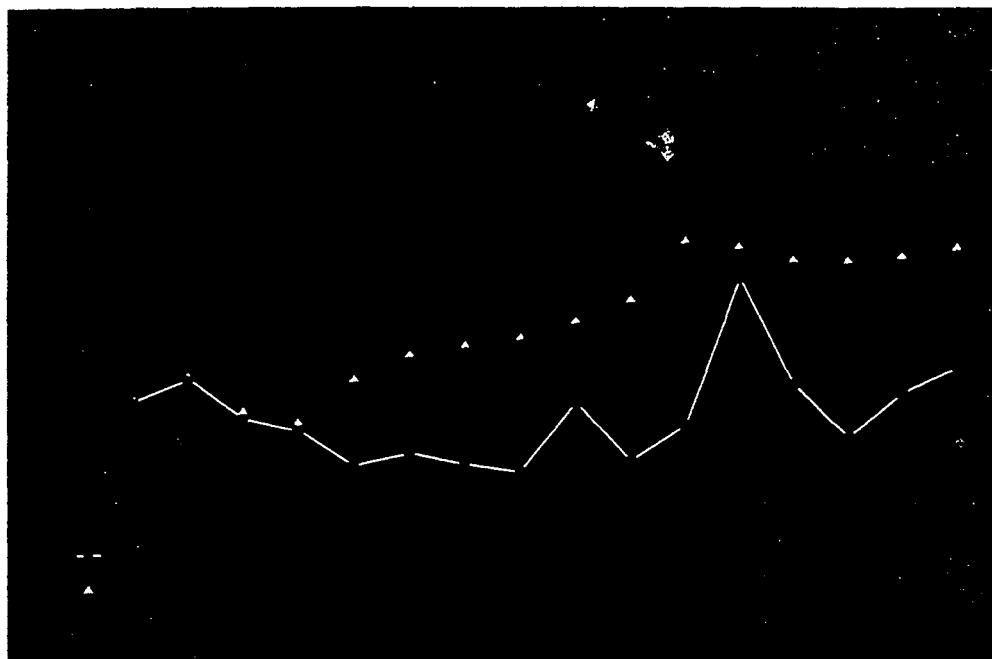
	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91
Sem ▪	9,6	11,7	12,5	12,5	13,7	15,3	15	15,2	16,9	16,8	20,3	22,1	20,9
Com --	11	13	13,9	13,8	16,2	17,9	17,9	18,7	19,6	20,3	24,1	23,8	23,4

Fonte: SIM/MS
(*) Taxas por 100.000 habitantes

Gráfico 8: Taxas (*) de Mortalidade por Homicídios Sem e Com Lesões por Arma de Fogo Ignoradas. Recife, 1979 a 1992.

	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92
Sem	29	34,6	39	39,7	46,5	52,3	56,9	59,4	56,6	51,6	69,8	75,3	62,4	51,7
Com	30,6	37,1	40,1	43,8	49,6	54,9	59,8	63,9	60,4	55,1	72,1	76,1	63,5	52,5

Fonte: SIM/MS e SES/PE
(*) Taxas por 100.000 habitantes

Considerações Finais

A informação assume grande importância na construção de uma sociedade menos violenta e mais democrática. Nesse sentido, quando surge como um direito da sociedade e não como um produto de uso privado de instituições, sejam elas científicas, burocráticas, administrativas ou de comunicação, a informação pode subsidiar políticas públicas mais adequadas aos problemas sociais do país.

Pelo que se constata a partir da presente análise, a informação sobre violência no país é desqualificada como conseqüência tanto do autoritarismo como do preconceito exercido pelas instituições públicas, cuja cultura legitima e autoriza um controle sobre aquela. O serviço que essas instituições deveriam prestar aos usuários (o público) passa a ser uma tarefa mal realizada e sem nenhum critério de qualidade, uma vez que as informações são tratadas como instrumentos de domínio privado e não como uma prestação de serviços à sociedade, o que justificaria o papel público dessas instituições.

Em relação aos registros ressalta-se a necessidade de que os mesmos passem a ser preenchidos adequadamente a fim de que possam informar sobre todas as características do

fato violento. Só a partir disso é que se poderá ter dados confiáveis e fidedignos e a informação passará a ser um instrumento com poder de transformação da realidade que ora se vivencia.

A necessidade de melhorar a qualidade da informação não deve ser entendida apenas do ponto de vista técnico, mas sim como uma possibilidade de capacitar a sociedade a tomar decisões coerentes com os seus problemas, com vistas ao avanço da cidadania e da qualidade de vida.

Por outro lado acredita-se que a prática democrática de enfrentamento da violência precisa ser respaldada por políticas públicas mais amplas de prevenção e de promoção da saúde, com a participação de setores organizados da sociedade, uma vez que se trata de um fenômeno que afeta a todos. É, no mínimo, contraditório e preocupante que em uma sociedade que se proclama democrática, os Ministérios da Justiça e da Saúde não tenham ainda se unido para promover a implantação de um programa prioritário de combate à violência, no seu sentido mais amplo.

Em capitais do país, como Recife e Rio de Janeiro, onde se percebeu que é grave a situação de violência, a noção de trabalhar em **Rede** vem sendo incorporada aos poucos por instituições governamentais e não-governamentais. Os efeitos deste esforço estão se refletindo na diminuição da mortalidade por acidentes de trânsito naquela primeira cidade, e também no caso exemplar do decréscimo em 30% dos homicídios no último carnaval. No Rio de Janeiro a mesma abordagem vem sendo proposta, principalmente pelo setor saúde que tem desenvolvido medidas que visam, em primeira instância, melhorar e agilizar a informação.

Finalmente, é preciso destacar a importante articulação da pesquisa estratégica com os serviços de saúde, a fim de que esses setores se informem mutuamente e se complementem, com o objetivo de enfrentar e prevenir a violência. Esta articulação pode ser viabilizada através de várias ações como seminários, palestras, cursos de formação, aperfeiçoamento e especialização na área temática. Também existe a preocupação de tornar o conhecimento e a informação sobre o tema mais acessíveis aos distintos usuários como uma das formas de participação democrática e conjunta entre meio científico, serviços de saúde e sociedade em geral. Só através da atuação integrada pode-se obter algum resultado na modificação do quadro da violência, contribuindo para melhorar o serviço público, valorizar os técnicos e, sobretudo, valorizar a vida.